

O RURAL BRASILEIRO FRENTE À URBANIZAÇÃO: VELHA OU NOVA RURALIDADE?

Ana Rute do Vale – UNESP/Rio Claro
arute.vale@terra.com.br

Introdução

Não há dúvidas de que vivemos um período que se caracteriza pela intensa influência do processo de urbanização sobre o espaço rural. No entanto, é importante questionarmos até que ponto essa urbanização tem afetado o meio rural brasileiro, no sentido de promover uma real homogeneização sócio-econômica entre campo e cidade. Neste caso, os estudos sobre a diferenciação entre espaços rural e urbano não teriam mais significado algum. Enquanto no passado, a utilização das atividades que caracterizavam cada um destes espaços poderia ser aplicada como uma forma de diferenciá-los, hoje, o meio rural deixou de ser (se é que algum dia já foi) exclusivo das atividades agrícolas, incorporando intensivamente "novas" funções ditas urbanas. Todavia, existe aí um paradoxo: ao mesmo tempo em que o campo se "urbaniza", a ruralidade mantém-se cada vez mais viva.

Diante do exposto, este trabalho pretende analisar as características do mundo rural, procurando mostrar até que ponto elas permanecem inalteradas frente às influências do mundo urbano, bem como contribuir para o debate geográfico sobre a delimitação rural/urbano.

Utilizaremos como referencial teórico, obras de autores tanto da geografia quanto de outras áreas (sociologia e economia, principalmente), que estão preocupados com as questões do campo brasileiro, em especial com a ruralidade brasileira. Assim, por meio de revisão bibliográfica, buscaremos as principais características do espaço rural e passaremos a analisar a validade delas, confrontando as idéias dos autores para chegarmos às conclusões próprias. É preciso esclarecer que nossa análise será feita sob o ponto de vista rural e não urbano.

1. Uma breve análise das características do meio rural

Explicitaremos aqui algumas características do meio rural, que nos permitem diferenciá-lo do espaço urbano, que são as seguintes: a) baixa densidade de população, residências e outros prédios, contribuindo para a predominância de uma paisagem natural; b) uso econômico predominantemente agropastoril; c) os habitantes possuem um modo de vida que se caracteriza pelo pertencimento a pequenas coletividades bem como relações particulares com o espaço; d) a cultura camponesa identifica e representa especificamente o meio rural (KAYSER, 1990, citado por MOTA; SCHMITZ, 2002); e) os habitantes relacionam-se com a natureza por meio de práticas e representações particulares com relação ao espaço, ao tempo, à família e outros (bem diferentes dos cidadãos); f) a vivência coletiva resulta em relações sociais de interconhecimento (WANDERLEY, 1997); g) menor diferenciação social; h) menor mobilidade social e espacial; i) posse da terra como o centro convergente do sistema político-econômico (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, FGV, p. 1090, citado por KAGEYAMA, 1998).

Entretanto, resta-nos saber se tais características permanecem inalteradas nos dias atuais. Para tanto, analisaremos algumas delas.

Iniciamos com a questão do predomínio da paisagem natural no meio rural, que, a nosso ver, não é totalmente verdadeira, uma vez que no campo a vegetação natural foi substituída por plantações, pastagens e até mesmo construções, ou seja, a natureza foi modificada por ações antrópicas, apesar de sua intensidade ter sido menor que no espaço urbano. Aqui recorremos a Serra (1987), citado por Santos (2001), que afirma que em sua luta cotidiana e apropriação do produto do seu trabalho, o homem transforma o ambiente em que vive, seja urbano, seja rural, sendo que no espaço urbano as edificações construídas possuem diversas funções. Tais edificações, todavia, também são encontradas no espaço rural e podem ser ocupadas por funções urbanas (indústrias e serviços, principalmente). Portanto, o meio rural também é atingido pelas conseqüências da vida moderna.

A utilização de implementos agrícolas modernos também altera a paisagem natural, assim como os desmatamentos, os reflorestamentos com espécies não-nativas e a reprodução artificial de animais, que, ao aumentar a produtividade, amplia o número de animais por metro quadrado.

Portanto, a paisagem natural está sempre sendo alterada, tanto na cidade quanto no campo, embora nesse ela ainda seja predominante, constituindo um atrativo para os cidadãos que buscam, cada vez mais, o contato com a natureza, o que tem levado ao crescimento do turismo em áreas rurais.

As atividades agropastoris podem ser consideradas como predominantes no meio rural, mas em termos de uso econômico, uma vez que, além delas, diversas atividades econômicas estão sendo lhes sendo agregadas. Como conseqüência, tem diminuído o número de pessoas que se dedicam exclusivamente à agricultura, embora residam no meio rural. Nesse caso, temos os pequenos agricultores que dedicam uma parte do seu tempo à agricultura e a outra a atividades não-agrícolas (agricultura em tempo parcial). A existência concomitante de atividades agrícolas e não-agrícolas no espaço rural é um fenômeno que muitos autores denominam de pluriatividade, que, segundo Schneider (2001):

[...] refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família em domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2001, p. 3).

Essa situação, comum há mais tempo nos países desenvolvidos, onde, segundo Veiga (2003, p. 88), as "famílias rurais são cada vez mais pluriativas e multifuncionais", começa a existir no Brasil. Nesse sentido, Scussel (2002) afirma que o meio rural brasileiro vem assumindo novas características tanto pelos novos hábitos dos cidadãos como pela busca de alternativas para complementar a economia da população rural. Esse "redesenho" do rural brasileiro possui as seguintes características, segundo a autora:

- a opção de moradia da classe média, que busca no campo, fugir dos problemas das grandes cidades - seja em residências próximas às cidades, que permitem o trajeto diário ao trabalho e à escola, seja em

- situações de aposentados, que já podem se localizar mais distantes das facilidades da cidade, por não demandarem com a mesma frequência certos serviços urbanos;
- alternativas de lazer em moradias de fim-de-semana (sítios, chácaras) e centros de recreio do tipo hotel-fazenda, pesque-pague, *trecking*, etc.;
 - o provimento de infra-estrutura física e mão-de-obra às novas atividades. São os novos serviços, tipicamente urbanos, que passam a ocupar o trabalhador rural, para prover a demanda decorrente da instalação dessas funções imputadas ao campo - trabalhadores domésticos, faxineiros, motoristas, mecânicos, secretárias, marceneiros, etc. (SCUSSEL, 2002, p. 67).

Mesmo sendo um fenômeno antigo, a pluriatividade assume dimensões novas no meio rural brasileiro, por isso existe "a possibilidade de novas formas de organização de a produção vir a se desenvolver no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados¹". (Carneiro, 1997, p. 152). Para Graziano da Silva (1999) e outros pesquisados que integram o Projeto Rurbano², esse fenômeno é denominado de "novo rural brasileiro". A situação do meio rural brasileiro, no entanto, é bastante diversa.

O espaço rural não é mais o que ele era, daí a pertinência de nos referirmos a espaços rurais, pois existe uma gama de estruturas agrárias e níveis tecnológicos, evocando formas de agriculturas das mais "primitivas" até outras ligadas às técnicas mais modernas do mundo contemporâneo. Existem espaços rurais diversificados, dinâmicos e em permanente mutação. As paisagens e as populações rurais se transformaram profundamente. O rural torna-se polifuncional, daí rural polissêmico. A imagem do rural associado e confundido à imagem do agrícola (em virtude do peso da agricultura) não mais se aplica hoje em dia, sobretudo nos Países industrializados da Europa (TEIXEIRA; LAGES, 1997, p. 14).

Nesse sentido, com o "novo rural", o perfil da população residente no campo modificou-se, o que significa que o modo de vida rural tradicional³ e a forma como as pessoas se relacionam com o espaço, tendem a se adequar cada vez mais ao modo de vida urbano, especialmente sob a influência do consumo, que caminha cada vez mais no sentido da generalização, seja no campo, seja na cidade. Assim, a população rural que possuía valores de solidariedade coletiva, começa a ser contaminada pelo individualismo. Tendo em vista que a cidade perdeu seu significado como lugar da política e tornou-se o centro privilegiado do consumo, a visão dos cidadãos com relação à natureza é de "gueto de lazeres", onde o campo é integrado ao modo de vida dos urbanos e acaba por perder suas qualidades, portanto "seu modo de vida particular" (MARQUES, 2002, p. 108).

Todavia, é importante lembrar que isso ocorre com maior intensidade nas localidades próximas das grandes cidades, ou seja, nos locais em que processo de urbanização se expressa de forma mais concreta, sobretudo nos países desenvolvidos. Alves (2001) acredita que, no caso do Brasil e em outros países em desenvolvimento, ao contrário, existe a ruralização das cidades, quer dizer, a disseminação do modo de vida rural (relacionamentos interpessoais entre vizinhos, cultivo da terra e

¹ Blume (2004, p. 39) cita como exemplo a criação de peixes em açudes que se transformam em pesque-pague.

² Maiores informações sobre esse núcleo de pesquisa podem ser encontradas no site <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/>

³ Aqui consideraremos a situação em que os costumes e valores ainda guardam características do passado, em que as relações pessoais são mais próximas e intensas, e baseiam-se na afetividade (SOLARI, 1979).

criação de animais de pequeno porte nos quintais, além de festas religiosas de origem rural) pela população que migra do campo para as áreas periféricas urbanas.

A grande mistura de culturas e a complexa relação entre o urbano e o rural são observadas nas áreas mais pobres das cidades, em suas periferias. São nesses locais que grande parte dos migrantes convivem com suas tradições. E é exatamente aí que eles se reconhecem uns nos outros. Muitos que também abandonaram sua terra natal, que moram ao lado de conterrâneos, recriam vínculos de vizinhança. A ameaça que a cidade traz com a violência força-os a recriarem práticas anteriores, criando associações, grupos de oração, e outras ações comunitárias (ZABOTTO; OLIVEIRA, 2004).

Uma outra questão é colocada por Wanderley (2000), que adverte que para os dos habitantes rurais dos pequenos municípios, o processo de urbanização não chega a interferir no modo de vida rural, uma vez que

[...] o contato intermitente ou permanente dos "rurais" com cidades desse tipo nem sempre significa o acesso a uma efetiva e profunda experiência urbana, que se diferencie ou mesmo se oponha ao seu modo de vida rural, mas pode significar, simplesmente a reiteração de uma experiência de vida rural menos precária que, por sinal, nem toda cidade brasileira consegue assegurar aos seus moradores, urbanos ou rurais [...] (WANDERLEY, 2000, p.32).

Já com relação à cultura camponesa, é possível afirmar que, em muitas regiões do País, ela ainda caracteriza o meio rural e resiste às influências do capital urbano-industrial. Entretanto, com a expansão das culturas de exportação e a conseqüente expulsão dos trabalhadores rurais do campo, que em sua maioria migraram para os grandes centros urbanos, houve um esvaziamento da vida social no meio rural, que gerou um enfraquecimento nas relações de vizinhança e conseqüentemente na cultura camponesa.

De acordo com a ideologia marxista, o camponês⁴ tenderia ao desaparecimento diante do desenvolvimento capitalista. Essa teoria, no entanto, não se confirmou porque segundo Chayanov (1974) citado por Siqueira e Osório (2001), a vantagem da agricultura familiar com relação ao capitalismo reside no fato de que nela, por exemplo, o trabalho empregado é contínuo, independentemente da garantia de lucro. Para Kautsky (1980), apesar do desenvolvimento capitalista, a pequena exploração agrícola não desapareceria nem atingiria a máxima eficiência, mas coexistiria com a grande exploração, exatamente como temos na atual realidade brasileira.

Wanderley (2000) acredita que a cultura camponesa sobrevive e, mais que isso, que vivenciamos um período de reconhecimento oficial da agricultura familiar como ator social no Brasil, pois para ela, os agricultores "são hoje percebidos como portadores de uma outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal no País" (WANDERLEY, 2000, p. 36). Nesse sentido, o agricultor familiar é visto como o agente integrador das relações sociais no interior das

⁴ Aqui estamos tratando o camponês e o agricultor familiar como sinônimos. Carneiro (1998) adverte, no entanto, que a partir do momento em que o agricultor familiar incorpora os avanços tecnológicos e responde às políticas governamentais, ele não deve mais ser chamado de camponês.

pequenas propriedades agrícolas, onde ocorrem a produção e a reprodução de valores, que possuem significados que vão muito além da lógica de parentesco e da racionalidade econômica (CARNEIRO, 1998, p.9).

Autores como Graziano da Silva (2002), por sua vez, lembram que os casos de estabelecimentos agropecuários que são dirigidos por um ou alguns membros e não mais pela família como um todo, são cada vez mais freqüentes, o que coloca por terra a idéia de uma divisão social do trabalho assentada na disponibilidade de membros da família, distinta de uma divisão do trabalho capitalista, ainda que não invalide o caráter familiar do empreendimento" (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. 163).

Não há como negar, então, a interferência dessa situação na cultura camponesa, sobretudo por meio do deslocamento diário de alguns membros da família que, por estarem em constante contato com a cultura urbana, poderão abandonar progressivamente sua cultura original. Para Carneiro (1997), no entanto, essa miscigenação entre os dois tipos de cultura não é algo ruim para a cultura camponesa. A autora acredita que a aproximação entre os ambientes culturais rural e urbano não necessariamente gera mudanças na identidade sociocultural dos habitantes rurais. Ao contrário, pode realçar as especificidades do rural, reestruturando as identidades e fortalecendo a ruralidade.

Não resta menor dúvida que os moradores rurais possuem relações mais estreitas com a natureza, se comparado com os urbanos. A nosso ver, esse fato se explica pelo respeito que, em geral, o homem rural possui por ela, uma vez que em sua vida cotidiana as influências naturais são mais intensas (ciclos naturais determinam práticas agrícolas). "O homem rural depende, numa proporção muito maior que o homem da cidade, dos processos elementares da Natureza. Isto influi profundamente sobre seu trabalho e sobre a sua mentalidade" (SOLARI, 1979, p. 6). Apesar disso, o espaço rural cada vez mais têm utilizado técnicas e recursos capazes de amenizar as influências naturais sobre a produção agrícola, em especial, as climáticas. Essas influências também estão presentes nas cidades, em forma de temporais, enchentes, deslizamentos de encostas e outros.

Na atualidade, as "riquezas naturais" valorizadas no espaço rural, nos países desenvolvidos, deixaram de ser o minério, o solo fértil ou a madeira.

São os encantos da vida rural - beleza, tranqüilidade e segurança - muito valorizados principalmente por aposentados, turistas e alguns tipos de empresários que se tornaram a principal fonte de vantagens comparativas. E apesar dos agricultores já serem uma pequena minoria da população rural dos Países mais desenvolvidos - um décimo no caso dos EUA - é principalmente deles que depende o maior trunfo de seu meio: a qualidade do ambiente natural (VEIGA, 2003, p. 95).

Nessa perspectiva, independente de ser o espaço da agricultura, dependente dos recursos naturais, o meio rural, do ponto de vista dos cidadãos, é tido também como um espaço de modificações e adaptações e, ao mesmo tempo, de liberdade do homem. Trata-se, portanto, de um "renascimento rural", ou seja, uma volta ao campo pelos cidadãos que procuram fugir dos problemas ditos urbanos (congestionamento, violência, falta de moradias, degradação ambiental, etc.), muito comum nos países desenvolvidos e que agora atinge os grandes centros urbanos dos países subdesenvolvidos. Essa reivindicação da natureza pelo homem significa, segundo Lefébvre (1969, p.

160), uma forma de fuga da cidade já deteriorada, bem como da alienação da vida urbana, uma vez que se acredita que a vida no campo não é mediatizada pelo valor de uso, estando voltada não somente ao atendimento das necessidades básicas socialmente elaboradas como também das de atividade criadoras de obra, informação, atividades lúdicas, imaginário, entre outras.

Todavia, citando Kayser (2001), Marques (2002) lembra que a paisagem rural, cada vez mais, se transforma em objeto de consumo, onde as identidades rurais são elaboradas e/ou valorizadas para atender aos interesses do mercado. A mesma autora adverte que não se deve confundir campo com natureza. “O campo é obra secular dos homens: ele é cultivado, artificializado” (MARQUES, 2002, p.103).

Uma outra forma utilizada pelo homem para essa "volta" à natureza está ocorrendo por meio da procura pela medicina natural (uso de ervas medicinais, da homeopatia) e dos alimentos orgânicos, acrescenta Freyre (1982).

Os cidadãos, no entanto, deveriam repensar essa visão romântica do campo, pois viver e trabalhar no meio rural ainda é muito penoso e nem sempre compensatório, pelo menos para os pequenos agricultores brasileiros, que dependem de auxílio governamental para sobreviver.

Sem dúvidas, a diferenciação social no campo é menor que na cidade. Contudo, para Solari (1979) isso pode ser explicado pelo fato de que a origem da população rural é mais homogênea, enquanto a urbana é originária de processos migratórios (internos e internacionais). Da mesma forma, a mobilidade social também é menor no campo, visto que geralmente, na cidade, os filhos não seguem a profissão dos pais como acontece com os filhos dos agricultores. Isso faz com que as chances de obterem empregos com salários mais elevados e, portanto, usufruírem de um padrão de vida superior, sejam maiores. Sem esquecer que as oportunidades oferecidas pela cidade (universidades, atividades culturais, acesso a informações, etc.) também podem contribuir para a ascensão social. Entretanto, é importante ressaltar que essas mesmas oportunidades não estão à disposição de todos. Outra questão que deve ser destacada é que, em muitas regiões do País, a população rural, na atualidade, possui um perfil social diferente daquelas populações tradicionais rurais. Isso porque, como já foi mencionado, cresce progressivamente a quantidade de moradores no campo de origem urbana, por meio tanto de residências principais como secundárias. Esses últimos, juntamente com os visitantes, para os quais o campo é utilizado somente para o lazer, não podem, de acordo com Wanderley (2000), ser caracterizados como pertencentes à população rural, apesar de terem sua importância.

[...] Porém, sua presença marcante, em uma determinada área rural, modifica profundamente não só a paisagem como também a natureza da vida social local, ao provocar o surgimento de novas ocupações (como caseiros e jardineiros, cuja "reconversão" tem sido pouco estudada no Brasil) freqüentemente recrutados entre os antigos moradores, e, ainda, ao afetar o ritmo de vida local, agora determinado pelo fluxo da população "de fora" nos finais de semana, nos feriados prolongados e nas férias, fluxo esse gerador e multiplicador de novas atividades econômicas e de experiências de vida social que repercutem sobre o conjunto do município e não apenas sobre sua área rural diretamente beneficiada (WANDERLEY, 2000, p.32).

Com relação à mobilidade espacial, também sabemos que ela é bem menor no campo que na cidade. Entretanto, essa situação vem sofrendo alterações ao longo do tempo, por meio do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, que permitiu um maior intercâmbio (espacial, social e econômico) entre cidade e campo. Assim, o meio rural não pode mais ser caracterizado pelo isolamento como o foi no passado. Para Ferreira (1999, p. 315), “as novas e crescidas mobilidades das sociedades modernas – geográfica, social, residencial, laborial, etc. – prenunciam um conhecimento mais exaustivo do território, aos quais os espaços da ruralidade que subsistem não ficam à margem”. Obviamente que a situação de isolamento ainda está presente em regiões onde sua posição geográfica dificulta o acesso dos meios de transporte, como é o caso dos agricultores ribeirinhos da região Norte, por exemplo.

Velha ou nova ruralidade?

Pelo que foi exposto, acreditamos que algumas das características creditadas ao meio rural permanecem praticamente inalteradas somente naquelas regiões onde o espaço rural é denominado por Cavaco (1996), mencionada por Alves (2001), de “profundo”, cuja referência são as áreas pouco povoadas, em que a influência urbana é mínima e a acessibilidade é reduzida. Exatamente por isso, são áreas com tendência à perda de população e atividades. A menos que elas possuam recursos locais específicos e os proprietários saibam como aproveitá-los.

De qualquer modo, não podemos perder de vista que a complexidade da realidade que nunca se mostra homogênea, seja no campo, seja na cidade. É exatamente por isso, que concordamos com Mota e Schmitz (2002), que acreditam que o mais correto seria falar em “ruralidades” no campo brasileiro

Falar do rural não é reportar-se apenas a um espaço geográfico, mas às relações que são desenvolvidas ali e como estão inseridas em um todo envolvente. Falar do rural é pensar em “rurais”, colcha de retalhos que constitui o mundo agrário brasileiro sujeito às tensões crescentes da competitividade e da urgência de preservação dos recursos naturais. Mas falar do rural é também apontar as pistas que nos conduzam à melhor compreensão do mesmo. (MOTA; SCHMITZ, 2002, p. 397).

Para Andrade (1995, p. 10), o que existe, na realidade, é “um processo de ruralidade urbana e, em contrapartida, de uma urbanização rural”. Existiria, então, uma rururbanização, isto é, uma mistura entre os valores representados pelos modos de vida rural e urbano. É um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, em termos de forma e conteúdo, uma única vivência regional e nacional (rurbanos). Ela representaria uma rejeição à absoluta urbanização e, ao mesmo tempo, à idealização de camponeses vivendo arcaicamente em espaços rurais.

Nesse sentido, Graziano da Silva (1997) defende a teoria do *continuum* rural-urbano, argumentando que os mundos rural e urbano não são opostos, mas complementares. Assim, existe entre eles um *continuum* espacial tanto do ponto de vista de sua dimensão geográfica e territorial quanto de sua dimensão econômica e social. São, portanto, realidades paralelas e dependentes.

A urbanização do meio rural é questionada por Carneiro (1997, p.148), que acredita que, mesmo que a expansão da “racionalidade urbana” provoque mudanças no meio rural, isso não significa, de forma alguma, a dissolução do agrário e a uniformização das condições de vida no campo. Para a autora, a tão propagada “nova ruralidade” no Brasil é representada pela elite agrária brasileira, que procura reproduzir as práticas e hábitos “rurais” com nova roupagem mais moderna, enquanto os chamados “neo-rurais” baseiam-se em valores próprios do mundo rural, mas reproduzem a racionalidade produtiva e tecnológica do mundo urbano. Para ela, a ruralidade brasileira pode ser concebida, por assim dizer

[...] como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local a partir da incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implica um movimento em dupla direção no qual identificamos, de um lado, a reapropriação de elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local, mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade (CARNEIRO, 1997, p. 161-2).

Para o geógrafo Alentejano (2000), é preciso considerar também que

[...] cada realidade rural ou urbana deve ser entendida em sua particularidade, mas também no que tem de geral, sua territorialidade mais ou menos intensa. É essa intensa territorialidade que distingue, em nossa opinião, o rural do urbano, podendo-se afirmar que o urbano representa relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa (ALENTEJANO, 2000, p.105).

Além disso, em determinadas regiões do País, ainda impera o “velho rural”, cujas características são praticamente feudais, principalmente com relação à concentração fundiária, já que o acesso a terra é ainda restringido a uma minoria da população.

Dessa forma, optamos por acreditar que mesmo havendo um “um novo rural”, uma “nova ruralidade”, o meio rural continuará mantendo algumas funções e agregando outras. Além disso, é importante lembrar que a agricultura não possui um papel “passivo” no desenvolvimento econômico brasileiro. É preciso, portanto, que saibamos olhar o espaço rural com outros olhos. “Como em geral a imagem comum do campo é associada ao passado, à tradição, aos costumes humanos e naturais e a da cidade ao futuro, à modernização, ao desenvolvimento, fica faltando o presente” [...] (MARQUES, 2002, p. 104).

Não podemos perder de vista que, mesmo que a população agrícola tenha diminuído em determinadas regiões do País, o meio rural continua oferecendo oportunidades que fortalecem a luta contra a exclusão social, sobretudo para os jovens, sejam em atividades agrícolas ou não-agrícolas. Assim, não há dúvidas que a única maneira de valorização do espaço rural (e de certa forma as pequenas cidades e distritos), seja por meio da realidade local e regional, considerando-se as especificidades dos lugares. Conseqüentemente, haveria também a valorização dos recursos locais,

criando condições para um melhor entrosamento e intercâmbio tanto entre os vários segmentos produtivos, quanto entre o campo e a cidade.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão nº 702**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, 31 p.
- ALENTEJANO, O que há de novo no rural brasileiro? Geografia política e cidadania. **Terra Livre**. São Paulo: AGB, 2000, n.15. p.87 – 112.
- ALVES, T. Plurifuncionalidade e desenvolvimento nas áreas rurais em Portugal. COLÓQUIO HISPANO-PORTUGUÊS DE ESTUDIO RURALES, 4., Santiago de Compostela: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, 2001. Disponível em: <http://www.isega.es>. Acesso em 20/02/2005.
- ANDRADE, M. C. Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1995. **Boletim de Geografia Teórica**. v. 25, n. 49-50, p. 03-14.
- CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultura e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998.
- _____. Ruralidade: novas identidades em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 23, **Anais...** Natal: Sober, 1997, p.147-185.
- FERREIRA, C. Reencontros com o mundo rural: dos lazeres turísticos à fixação de “novos e velhos” residentes. In: CAVACO, C. **Desenvolvimento Rural: Desfio e Utopia**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos/Universidade de Lisboa, 1999, p. 313-318 (Estudos para Planejamento Regional e Urbano 50).
- FREYRE, G. **Rurbanização: que é?** Recife: Massangana, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, J. G. Velhos e novos mitos do rural brasileiro: implicações para as políticas públicas. In: ARBIX, G. et al. **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.
- _____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- _____. Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das novas Pnads. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL: O público e o privado na agricultura brasileira, 35., Natal, RN, 1997. **Anais**. Brasília: SOBER, p. 114-45, 1997.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: alguns aspectos metodológicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, SOBER, 36., 1998. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/sober4.html>. Acesso em: 04 fev. 2003
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3ª ed., São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LEFÉBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Documentos, 1969.
- MARQUES, M.I.M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo: AGB, n.19, jul./dez. 2002, p. 95-112. Disponível em:

www.cibergeo.org/agbnacional/terralivre19/6_O_conceito_de_espa_o_rural_em_questao.pdf. Acesso em: 22/02/2005.

MOTA, D. M.; SCHMITZ H. Pertinência da categoria rural para análise do social. **Ciência e Agrotecnologia**. Lavras: UFLA, v.26, n.2, p.392-399, mar./abr., 2002. Disponível em: < <http://www.editora.ufla.br/revista/26>. Acesso em: 22 jan. 2003.

SANTOS, M. S. A produção social do espaço: do campo à cidade, da cidade ao campo. **Revista de Humanidades**, Natal: UFRN/CERES. v.2, n. 4, jun./jul. 2001. Disponível em: < <http://www.seol.com.br/mneme/> >. Acesso em: 22 jan. 2003.

SCHNEIDER, S. A dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: elementos teóricos para análise da pluralidade em situações de agricultura familiar. In: SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2., 2001, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: UNICAMP, 2001. <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano> Acesso em: 25 jan. 2002.

SCUSSEL, M. C. B. O rural e o urbano na região metropolitana de Porto Alegre: o processo de expansão metropolitana. In: GRANDO, L. A.; MIGUEL, M. Z. (Orgs.) **Agricultura na região metropolitana de Porto Alegre: aspectos históricos e contemporâneos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 43-70.

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO, R. O conceito de rural. In: GIARRACCA, N. (Coord.). **¿Una nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires: Clacso, 2001, p. 67-79. Disponível em: <http://www.clacso.edu.ar/~libros/rural/osorio.pdf>. Acesso em 20/02/2005.

SOLARI, A. B. O objeto da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Nacional, 1979.

TEIXEIRA, M. A.; LAGES, V. N. Transformações no espaço rural e a geografia rural: idéias para discussão. **Geografia**. São Paulo, v. 14, p. 9-33, 1997.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1997, Natal. Anais, Brasília: SOBER, p. 90-113, 1997.

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil.

Desenvolvimento e meio ambiente. Curitiba, n. 2, p. 29-37, jul./dez. 2000.

ZABOTTO M. C.; OLIVEIRA, B. A. C. C. Rural e urbano: verso e reverso da mesma moeda.

Território & Cidadania, n. 2, jul.-dez./2004. Disponível em:

<http://ns.rc.unesp.br/igce/planejamento/territoriocidadania/Artigos/Zabotto1.htm>. Acesso em 20/02/2005.